

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

Special Department

Notification

SPL-EST-63-I

In exercise of the powers vested in him by the proviso to Rule 3 of the Business of the Government of Goa, Daman and Diu Allocation (Rules), 1963, the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu direct that in supersession of all existing rules and orders on the subject, the business 'Warrant of Precedence, Ceremonial and Protocol' and 'Preparation of list of official invitees' allotted to the Special Department under Order No. GAD-EST-3665, dated 25-11-1966, shall be dealt with by the General Administration Department with effect from 1-3-1968.

All orders regarding state functions and reception of V. I. Ps in future should therefore be issued from the General Administration Department. The allotment of vehicles, requisitioning of vehicles for the V. I. Ps and allotment of accommodation in the Circuit House or in the two rooms reserved for V. I. Ps at the Tourist Resort Calangute or elsewhere will be done only under orders of the General Administration Department. No other Secretary or Department should issue such orders. All the Departments may send a note to the Deputy Secretary (General Administration Department), whenever arrangements are to be made.

The Director of Information and Tourism will continue to be the Protocol Officer, and will continue to control the Budget in respect of Hospitality. However, he should seek orders of General Administration Department on protocol matters and matters relating to V. I. Ps and not from the Secretary, Information and Tourism. He may send his requirements to Deputy Secretary, General Administration Department, and the file should be initiated through the Deputy Secretary (General Administration Department).

The Manager of Circuit House, Panjim, and the Manager Tourist Resort, Calangute, should honour the requisitions from Deputy Secretary, General Administration Department, only. They may continue to allot accommodation to non-officials and officers other than V. I. Ps with the clear understanding that non-officials and officers may have to leave the accommodation if and when the same is required for the V. I. Ps at short notice. They should however, maintain a liaison with the General Administration Department to ascertain the reservations that might be required for V. I. Ps in any particular fortnight.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Sawant, Deputy Secretary (Appointments).

Panjim, 30th January, 1968.
Saka 1889 Magha 10.

(Tradução)
GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Departamento Especial

Despacho

SPL-EST-63-I

No uso das faculdades que lhe são conferidas pela norma 3.ª de «Business of the Government of Goa, Daman and Diu Allocation (Rules) 1963», o Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio, determina, em substituição de todas as normas e ordens existentes sobre o assunto, que o serviço referente à 'Ordem de Precedência, Cerimónias e Protocolo' e elaboração da lista de convidados oficiais, distribuído ao Departamento Especial pela Portaria n.º GAD-EST-3665, de 25 de Novembro de 1966, competirá ao Departamento de Administração Geral, a partir de 1 de Março de 1968.

Todas as ordens relativas às funções oficiais e recepção de pessoas importantes serão doravante expedidas pelo Departamento de Administração Geral. A distribuição de viaturas, requisição de viaturas para pessoas importantes, arranjos de acomodação no «Circuit House» ou os dois quartos reservados para pessoas importantes no «Tourist Resort» em Calangute ou outra parte, serão feitas somente sob as ordens do Departamento de Administração Geral. Nenhum outro Secretário ou Departamento deverá expedir tais ordens. Todos os Departamentos deverão enviar uma nota ao Secretário adjunto (Departamento de Administração Geral) sempre que se tenham de fazer quaisquer arranjos.

O Director de Informação e Turismo, continuará a desempenhar as funções de Oficial Encarregado do Protocolo e a controlar o orçamento no referente à hospitalidade. Deverá, contudo obter ordens do Departamento de Administração Geral e não do Secretário de Informação e Turismo, sobre assuntos relacionados com o protocolo e pessoas importantes. O mesmo obterá, do Secretário adjunto do Departamento de Administração Geral, o que lhe for necessário e o respectivo processo deverá ser iniciado pelo Secretário adjunto (Departamento de Administração Geral).

O gerente do «Circuit House», em Pangim e o gerente do «Tourist Resort», em Calangute, deverão unicamente satisfazer as requisições do Secretário do Departamento de Administração Geral. Os mesmos poderão continuar a prover acomodação aos não-oficiais e oficiais com a expressa condição de que os não-oficiais e oficiais terão de deixar os aposentos ocupados a curto prazo, caso os mesmos sejam necessários para pessoas importantes. Os gerentes acima mencionados deverão, porém, contactar o Departamento de Administração Geral, para saber qual é a acomodação a ser reservada para pessoas importantes numa determinada quinzena.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

D. V. Sawant, Secretário adjunto (Nomeações).

Pangim, 30 de Janeiro de 1968.
Saka 1889 Magha 10.

Revenue Department

Notification

RD/EST/23/68

Shri V. N. Kulkarni, Superintendent of Cadastral Survey is appointed as Director of Land Survey vice Shri A. R. S. Dhume who proceeded on leave on medical grounds.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 27th January, 1968.

Notification

CDB/1907/65

Read:— Letter no. F.12-2/23/67-P, dated 26-12-1967 from the Chairman, Central Social Welfare Board, New-Delhi.

In partial modification of the Notification no. CDB/1907/65 dated the 18th September, 1967, sanction is hereby accorded to the appointment of the following members on the State Social Welfare Advisory Board, Goa, Daman and Diu with immediate effect:—

1. Smt. Viyaya Shetye, from Mapusa, in place of Smt. Fernanda Pinto de Menezes who has since resigned.
2. Collector, Daman.
3. Civil Administrator, Diu.

The appointment of the above members shall be co-terminus with that of the other members of the Board.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panjim, 30th January, 1968.

Corrigendum

RD/Survey/152/67

Read:— Govt. Order RD/SRV/GOA/65-67/III dated 25-2-1967.

In Government Order of even number dated 22-1-1968, for the dates 3-1-1967 and 8-1-1967 read the dates 3-1-1968 and 8-1-1968, respectively.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 29th January, 1968.

Law and Judicial Department

Order

LD/EST/9/172/67-68

In exercise of the powers conferred by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 read with section 66 of the «Codigo de Registo Civil» the Administrator of Goa, Daman and Diu hereby authorises the Head of the Registers and Notary Services to initial the forms and books to be used in the Civil Registration office with immediate effect.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

M. S. Borkar, Under Secretary (Law).

Panaji, 2nd February 1968.

Departamento de Rendimentos

Despacho

RD/EST/23/68

O Sr. V. N. Kulkarni, Superintendente do Cadastro da Repartição de Agrimensura, é nomeado director da Repartição de Agrimensura, em substituição do Sr. A. R. S. Dhume, que entrou de licença por motivos de saúde.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panagi, 27 de Janeiro de 1968.

Despacho

CDB/1907/65

Ref:— Nota n.º F.12-2/23/67-P, de 26 de Dezembro de 1967, do Presidente da Comissão Central de Bem-Estar Social Nova-Delhi.

Alterando, em parte, o despacho n.º CDB/1907/65, de 18 de Setembro de 1967, é autorizada a nomeação dos seguintes membros da Comissão Consultiva, Estadual, de Bem-Estar Social, de Goa, Damão e Dio, com efeito imediato:—

1. Sr.ª Viyaya Shetye, de Mapuçá, em substituição da Sr.ª Fernanda Pinto de Menezes, que pediu a sua exoneração.
2. Collector de Damão.
3. Administrador Civil de Dio.

O termo de exercício dos membros acima mencionados findará juntamente com o de outros membros da mesma comissão.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

W. G. Ranadive, Secretário de Rendimentos.

Pangim, 30 de Janeiro de 1968.

Corrigenda

RD/Survey/152/67

Ref:— Portaria n.º RD/SRV/GOA/65-67/III, de 25 de Fevereiro de 1967.

Na portaria datada de 22 de Janeiro de 1968, em vez das datas 3 e 8 de Janeiro de 1967, devem ler-se as datas 3 e 8 de Janeiro de 1968, respectivamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panagi, 29 de Janeiro de 1968.

Departamento de Justiça

Portaria

LD/EST/9/172/67-68

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 2.º de «Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», conjugado com o artigo 66.º do Código de Registo Civil, o Administrador de Goa, Damão e Dio, autoriza o Chefe da Repartição dos Registos e Notariado a rubricar os impressos e livros a serem usados na Conservatória do Registo Civil, com efeito imediato.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

M. S. Borkar, Subsecretário (Justiça).

Panagi, 2 de Fevereiro de 1968.

Office of the Chief Electoral Officer

Order

ELN/DQN/68

The following Order Nos.: Goa-LA/25/67(1); Goa-LA/25/67(2); Goa-LA/20/67(1); Goa-LA/20/67(2) dated 28th December 1967; Goa-LA/24/67(2); Goa-LA/10/67(2); Goa-LA/10/67(3); Goa-LA/10/67(4); Goa-LA/10/67(5) dated 1st January 1968 and Goa-LA/14/67(5) dated 10th January 1968, issued by the Election Commission of India are hereby published for general information.

R. L. Segel, Chief Electoral Officer and Law Secretary.

Panaji, 18th January, 1968.

Election Commission, India

Order

Goa-LA/25/67(1)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 28th December, 1967

Whereas Shri Shirodkar Uttama Shanker a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from the Margao constituency, failed to lodge any account of his election expenses as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder, and was given due notice of such failure;

And whereas the Election Commission is satisfied that the account since lodged by him has also not been lodged in the manner prescribed in the said Act and Rules, and he has not furnished any good reason or justification for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Shirodkar Uttama Shanker to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/25/67(2)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 28th December, 1967

Whereas Shri Mavany Nurdin Javerbhai a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from the Margao constituency, failed to lodge any account of his election expenses as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder, and was given due notice of such failure;

And whereas the Election Commission is satisfied that the account since lodged by him has also not been lodged in the manner prescribed in the said Act and Rules, and he has not furnished any good reason or justification for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Mavany Nurdin Javerbhai to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Repatrição do Oficial-Chefe Eleitoral

Portaria

ELN/DQN/68

Para conhecimento geral, a seguir se publicam as portarias n.ºs Goa-LA/25/67(1), Goa-LA/25/67(2), Goa-LA/20/67(1), Goa-LA/20/67(2), de 28 de Dezembro de 1967; Goa-LA/24/67(2), Goa-LA/10/67(2), Goa-LA/10/67(3), Goa-LA/10/67(4), Goa-LA/10/67(5), de 1 de Janeiro de 1968 e Goa-LA/14/67(5), de 10 de Janeiro de 1968, expedidas pela Comissão Eleitoral da Índia.

R. L. Segel, Oficial-Chefe Eleitoral e Secretário de Justiça.

Panaji, 18 de Janeiro de 1968.

Comissão Eleitoral da Índia

Portaria

Goa-LA/25/67(1)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

28 de Dezembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Uttama Shanker Shirodkar, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Margão, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Uttama Shanker Shirodkar, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Portaria

Goa-LA/25/67(2)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

28 de Dezembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Nurdin Javerbhai Mavany, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Margão, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Nurdin Javerbhai Mavany, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Order

Goa-LA/20/67(1)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 28th December, 1967

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Kashinath Babu Dessai, a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Quepem constituency, has failed to lodge an account of his election expenses as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Kashinath Babu Dessai to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/20/67(2)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 28th December, 1967

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Vinayak Raja Padiyar a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Quepem constituency, has failed to lodge an account of his election expenses as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Vinayak Raja Padiyar to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/24/67(2)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 1st January, 1968

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Pedro Ramano Vaz Jose Lourenço a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Navelim constituency, has failed to lodge an account of his election expenses within the time as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Pedro Ramano Vaz Jose Lourenço to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Portaria

Goa-LA/20/67(1)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

28 de Dezembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Kashinath Babu Dessai, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Quepém, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Kashinath Babu Dessai, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Portaria

Goa-LA/20/67(2)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

28 de Dezembro de 1967

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Vinayak Raja Padiyar, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Quepém, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Vinayak Raja Padiyar, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Portaria

Goa-LA/24/67(2)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

1 de Janeiro de 1968

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Pedro Ramano Vaz José Lourenço, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Navelim, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Pedro Ramano Vaz José Lourenço, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Order

Goa-LA/10/67(2)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 1st January, 1968

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Dantiy Sagun Mahadeo a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Satari constituency, has failed to lodge an account of his election expenses as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Dantiy Sagun Mahadeo to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/10/67(3)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 1st January, 1968

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Krishnarao Rane a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Satari constituency, has failed to lodge an account of his election expenses as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Krishnarao Rane to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/10/67(4)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 1st January, 1968

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Gurudas Dattaram Shirodkar a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Satari constituency, has failed to lodge an account of his election expenses within the time and in the manner as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10 A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Gurudas Dattaram Shirodkar to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Portaria

Goa-LA/10/67(2)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

1 de Janeiro de 1968

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Sagun Mahadeo Dantiy, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Satari, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Sagun Mahadeo Dantiy, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Portaria

Goa-LA/10/67(3)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

1 de Janeiro de 1968

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Krishnarao Rane, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Satari, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Krishnarao Rane, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Portaria

Goa-LA/10/67(4)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

1 de Janeiro de 1968

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Gurudas Dattaram Shirodkar, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Satari, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Gurudas Dattaram Shirodkar, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Order

Goa-LA/10/67(5)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 1st January, 1968

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Teli Anant Krishna a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Satari constituency, has failed to lodge an account of his election expenses in the manner as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Teli Anant Krishna to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Order

Goa-LA/14/67(5)

Talkatora Road, New Delhi-1,

Dated the 10th January, 1968

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Fernandes John Domaciano a contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Santo Estevam constituency, has failed to lodge an account of his election expenses as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas, the said candidate even after due notice has not given any reason or explanation for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Fernandes John Domaciano to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

Food and Civil Supplies Department

Order

FCS/PWD/2310/67

Ref: — Order No. FCS/PWD/2310/67, dated 18-11-67.

The pay of Shri Kamalanath Nadkarni, Technical Assistant appointed as Assistant Engineer in P.W.D., is fixed at Rs. 450/- and personal pay of Rs. 210/- in the pay scale of Rs. 350-900.

His substantive pay was Rs. 425/- and personal pay of Rs. 175/-.

His pay has been fixed in terms of provisions laid down in Rule 5 of Absorbed Employees Condition of Service Rules 1965 as he had no promotion at any time after 19-12-1961 and before 1-2-1966.

This issues with the concurrence of the Finance Department vide U.O.No.Fin(Exp)-562/68, dated 18-1-68.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. K. Gupta, Deputy Secretary (Planning).

Panaji, 30th January, 1968.

Portaria

Goa-LA/10/67(5)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

1 de Janeiro de 1968

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. Anant Krishna Teli, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Satari, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. Anant Krishna Teli, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Portaria

Goa-LA/14/67(5)

Talkatora Road, Nova-Delhi-1,

10 de Janeiro de 1968

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, verificou que o Sr. John Damaciano Fernandes, que apresentou a sua candidatura nas eleições para a Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Santo Estevão, não submeteu a folha das suas despesas eleitorais, conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em vista que, mesmo após o aviso que lhe foi dado para o efeito, o referido candidato não apresentou nenhuma razão ou explicação que pudesse justificar essa falta;

A Comissão Eleitoral, de harmonia com o artigo 10A do citado Act, declara, que o Sr. John Damaciano Fernandes, fica desqualificado, quer para ser eleito ou ser um membro de qualquer das Câmaras do Parlamento, ou da Assembleia Legislativa, ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos, a partir da data desta portaria.

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Cívico

Portaria

FCS/PWD/2310/67

Ref: — Portaria n.º FCS/PWD/2310/67, de 18 de Novembro de 1967.

O vencimento do Sr. Kamalanath Nadkarni, técnico assistente, nomeado engenheiro assistente dos Serviços das Obras Públicas, é fixado em Rps. 450/- e «personal pay» de Rps. 210/-, na escala de Rps. 350-900.

O seu «substantive pay» era de Rps. 425/- e «personal pay» de Rps. 175/-.

O seu vencimento foi fixado nos termos do disposto na norma 5.ª dos «Absorbed Employees Condition of Service Rules, 1965», por ele não ter tido nenhuma promoção depois de 19 de Dezembro de 1961 e antes de 1 de Fevereiro de 1966.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças, a que se refere a nota n.º Fin(Exp)-562/68, de 18 de Janeiro de 1968.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

R. K. Gupta, Secretário adjunto (Planificação).

Panaji, 30 de Janeiro de 1968.

Notification

DE/TECH/A/54/66-II

Shri W. da Costa, a candidate recommended by Union Public Service Commission is hereby temporarily appointed as Lecturer in Electrical Engineering in the College of Engineering, Goa in the scale of Rs. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950 with effect from 29-1-1968 until further orders.

His pay will be fixed according to rules as per the recommendation of the Union Public Service Commission contained in their letter no. F.1/557/67-RF, dated 27-10-1967.

The appointment is subject to the conditions specified in this Department's Memorandum no. DE/TECH/A/54/66-II, dated 11-1-68 and the rules and regulations laid down by the Government from time to time.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. K. Gupta, Deputy Secretary (Planning).

Panaji, 29th January, 1968.

Corrigendum

EDN-150-TECH-66-IV

In para 1 of the Government Notification no. EDN-150-TECH-66-V, dated 4-10-1967 appointing Shri Babarao Thakur as Superintendent Central Training Centre Daman read «in the scale of Rs. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950» instead of «in the scale of Rs. 400-400-450-30-670-EB-35-950».

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. K. Gupta, Deputy Secretary (Planning).

Panjim, 29th January, 1968.

Directorate of Education

Notification

DE/SEC/42/67/4588

The Government is pleased to cancel its previous notification No. DE/SEC/42/67, dated 6-12-1967, published on page 262 of Series II of the Government Gazette dated 14th December, 1967 and also to declare under sub-section (1) of Section 48 of the L. A. Act 1894, that the Government has withdrawn from acquisition of land situated at Savoi-Verem, Ponda and mentioned in the schedule to the said notification for the purpose of construction of Government Rural High School, Savoi-Verem, Ponda.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

P. S. Varde, Director of Education and Ex-Officio Additional Secretary to Government.

Panaji, 24th January, 1968.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. DE/PRM/(C)BLD/67 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is needed for public purpose viz for construction of a school building.

And whereas in the opinion of the Government that the provisions of Sub-Section (i) of section 17 of the Land Acquisition Act 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») are applicable.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of Section 4 of the said Act that the said land is needed for the purpose specified above.

The Government is also pleased to direct under sub-section (4) of section 17 of the said Act that the provisions of section 5 of the said Act shall not apply in respect of the said land.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other per-

Despacho

DE/TECH/A/54/66-II

O Sr. W. da Costa, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, leccionador de engenharia eléctrica da Faculdade de Engenharia de Goa, na escala de Rps. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950, a partir de 29 de Janeiro de 1968 e até ordens.

O seu vencimento será fixado de acordo com as normas, segundo a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, feita na sua nota n.º F.1/557/67-RF, de 27 de Outubro de 1967.

A nomeação está sujeita às condições constantes do memorando deste Departamento n.º DE/TECH/A/54/66-II, de 11 de Janeiro de 1968, e às normas e regulamentos que vierem a ser formulados pelo Governo periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

R. K. Gupta, Secretário adjunto (Planificação).

Panaji, 29 de Janeiro de 1968.

Corrigenda

EDN-150-TECH-66-IV

No § 1.º do despacho n.º EDN-150-TECH-66-IV, de 4 de Outubro de 1967, nomeando o Sr. Babarao Thakur, como Superintendente do Centro de Treino Central, de Damão, leia-se «na escala de Rps. 400-400-450-30-600-35-670-EB-35-950» em vez de «na escala de Rps. 400-400-450-30-670-EB-35-950».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

R. K. Gupta, Secretário adjunto (Planificação).

Pangim, 29 de Janeiro de 1968.

Serviços de Instrução

Despacho

DE/SEC/42/67/4588

O Governo determina que o despacho n.º DE/SEC/42/67, de 6 de Dezembro de 1967, publicado à pgs. 262 do *Boletim Oficial*, 2.ª série, de 14 de Dezembro de 1967, fica sem efeito e também declara, ao abrigo da alínea (1) do artigo 48.º do «L. A. Act, 1894» que o Governo desiste da aquisição do terreno sito em Savoi-Verem de Ponda, mencionado no quadro anexo ao despacho acima referido, para os fins da construção da escola oficial rural em Savoi-Verem de Ponda.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

P. S. Varde, Director dos Serviços de Instrução e secretário adicional, ex-officio, do Governo.

Panaji, 24 de Janeiro de 1968.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

N.º DE/PRM(c)BLD/67 — Considerando que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção dum edifício para escola.

Tendo em vista que no parecer do Governo são aplicáveis as disposições da alínea (1) do artigo 17.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act»).

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

O Governo determina, ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do citado Act, que as disposições do artigo 5.º do mesmo Act não serão aplicáveis em relação ao aludido terreno.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pes-

sons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the Officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of Section 3 of the said Act, the Deputy Collector, south Sub-Division, Margão to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the Act, specified therein in respect of the said land.

- 1. The Collector of Goa, Panaji.
- 2. The Dy. Collector, South Sub-Division, Margão.
- 3. The Director of Education, Panaji.

6. A plan of the said land is available for inspection in the Office of the Director of Land Survey, Panaji for period of 30 days from the date of this Notification.

soal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será publicado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, nomeia o Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em todos os actos relacionados com aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais, a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

- 1. Collector de Goa, Panagi.
- 2. Collector adjunto, sub-divisão do sul, Margão.
- 3. Director dos Serviços de Instrução, Panagi.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Director de Agrimensura, Panagi, por período de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Town Village	Description of the said land		Approximate area
		Plot No.	Name of the person, believed to be interested	
Concelho	Cidade Aldeia	Descrição do aludido terreno		Area aproximada
		N.º de terreno	Nome da pessoa que se presume ser interessada	
Salcete	São José de Areal	1	Shri João Filipe de Silva of Borda (Margao)	1478.00 sq. metres

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

P. S. Varde, Director of Education and Additional Secretary to Government.

Panaji, 29th January, 1968.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

P. S. Varde, Director dos Serviços de Instrução e secretário adicional do Governo.

Panagi, 29 de Janeiro de 1968.

Public Works Department

Principal Engineer's Office

Notification

No. PWD/LA/1/68 — Whereas by Government Notification No. P.W.D./LA/WDII/9-67, dated 30th August, 1967 published on page 162 of Series II No. 23, of the Government Gazette, dated 6th September, 1967 it was notified u/s 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as «the said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was needed for the public purpose viz. for construction of a public road from Pale to Dabolim.

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as «the Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

And whereas the acquisition of the land is urgently necessary.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

The Government is also pleased to direct under sub-section (1) of Section 17 of the said Act, that the Collector appointed under paragraph 2 below, shall at any time on expiration of fifteen days from the publication of the notice relating to the said land under sub-section (1) of Section 9 of the said Act, take possession of all waste or arable land.

Serviços das Obras Públicas

Repartição do Engenheiro-Chefe

Despacho

N.º PWD/LA/1/68 — Atendendo a que por despacho n.º P.W.D./LA/WDII/9-67 de 30 de Agosto de 1967, publicado à pgs. 162 do *Boletim Oficial* n.º 23, 2.ª série, de 6 de Setembro de 1967, foi tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno mencionado no quadro anexo ao mesmo despacho (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para os fins da construção duma estrada pública de Pale a Dabolim.

Tendo em vista que o Governo competente (referido daqui em diante como «Governo») considera necessário adquirir o terreno mencionado no quadro anexo para os fins públicos acima referidos.

Considerando que a aquisição do aludido terreno é de urgente necessidade.

Por este se declara, nos termos do artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

O Governo determina, ao abrigo da alínea (1) do artigo 17.º do citado Act, que o Collector nomeado no § 2.º a seguir, tome posse de todo o terreno inculto ou cultivável, em qualquer altura após ter expirado o prazo de 15 dias contado da publicação do aviso relativo ao aludido terreno, ao abrigo da alínea (1) do artigo 9.º do citado Act.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act the Deputy Collector, South Sub-Division, Margao, to perform the functions of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act, to take order for the acquisition of the said land.

A plan of the said land can be inspected at the office of the said Deputy Collector, at Margao.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area
Mormugao	Dabolim	1	1001.66 sq. m.
		2	133.89 sq. m.
		3	1631.00 sq. m.
		4	10660.23 sq. m.
		5	1819.97 sq. m.
Mormugao	Pale Pale Velcao	6	1332.20 sq. m.
		7	7958.74 sq. m.
		8	7269.41 sq. m.
		9	564.53 sq. m.
		10	3019.69 sq. m.
		11	589.52 sq. m.
		12	4931.24 sq. m.
		13	754.65 sq. m.
		14	846.20 sq. m.
		15	1322.62 sq. m.
		16	1468.04 sq. m.
		17	1673.73 sq. m.
		18	435.50 sq. m.
Total			47412.82 sq. m.

N. B. The above plot numbers have been distinctly shown in the plan, available for inspection. The boundary of the area to be acquired has also been demarcated on site.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naik, Principal Engineer P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 29th January, 1968.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. LA/PWD/2:—Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said lands») is need for public purpose viz. Approach road to Taripanto bridge.

And whereas in the opinion of the Government that the provisions of sub-section (1) of section 17 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») are applicable.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the said Act that the said land is needed for the purpose specified above.

The Government is also pleased to direct under sub-section (4) of section 17 of the said Act that the provisions of section 5 of the said Act shall not apply in respect of the said land.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector after the date of the publication of this notification, will under clause (7th) of section 24 of the said Act be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector South Sub-Division, Margão, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

2. O Collector adjunto da sub-divisão de sul, Margão, é nomeado, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno, devendo, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, tomar as necessárias medidas para a aquisição do mesmo terreno.

O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Reparação do referido Collector adjunto, Margão.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do terreno	Área aproximada
Mormugão	Dabolim	1	1001.66 m ²
		2	133.89 m ²
		3	1631.00 m ²
		4	10660.23 m ²
		5	1819.97 m ²
Mormugão	Pale Pale Velção	6	1332.20 m ²
		7	7958.74 m ²
		8	7269.41 m ²
		9	564.53 m ²
		10	3019.69 m ²
		11	589.52 m ²
		12	4931.24 m ²
		13	754.65 m ²
		14	846.20 m ²
		15	1322.62 m ²
		16	1468.04 m ²
		17	1673.73 m ²
		18	435.50 m ²
Total			47412.82 m ²

N. B. Os n.ºs dos terrenos acima mencionados acham-se claramente indicados no plano que está patente à verificação. Os limites da área a ser adquirida também se acham demarcados no respectivo sítio.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naik, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário Adicional, ex-offício do Governo.

Panaji, 29 de Janeiro de 1968.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º LA/PWD/2—Considerando que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada vicinal à ponte de Taripanto.

Tendo em vista que no parecer do Governo são aplicáveis as disposições da alínea (1) do artigo 17.º de «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act»).

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do citado Act que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

O Governo mais determina ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do referido Act que, como a aquisição do aludido terreno é de urgente necessidade, o disposto no artigo 5 do mesmo Act, não terá aplicação em relação ao dito terreno.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector adjunto da sub-divisão do sul de Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em relação ao aludido terreno.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
3. The Principal Engineer, P. W. D. Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the said Deputy Collector at Margao, for a period of 30 days from the date of this Notification.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. Collector adjunto, sub-divisão do sul, Margão.
3. Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas, Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, em Margão, por período de 30 dias, contado da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Town	Plot No.	Survey No	Name of person believed to be interested	Approximate area
Concelho	Aldeia	N.º do terreno	Cadastró n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada
Sanguem	Sanguem	1	17/part	Vaishya Prabuti Samaj of Sanguem.	338.40 sq. mts.
		2	17/part	Vasudev D. Morajkar of Sanguem.	507.60 sq. mts.
		3	18/part	Shridev Vitthal of Sanguem.	39.00 sq. mts.
		4	2/part	Shri Kalyan Govind S. Salelikar of Sanguem.	1626.36 sq. mts.
		6	59/part	Silvia Ribeiro Miranda of Panaji.	2325.80 sq. mts.
		Total			

(The above plot numbers have been clearly shown in the plan referred to in para 6 above).

Os n.ºs dos terrenos acima mencionados acham-se claramente indicados no plano a que refere o n.º 6.

7. The Government is also pleased to cancel its previous Notification, No. RD/LQN/337/66, dated 20th December, 1966, published on page 169 of Series II of the Government Gazette, dated 2nd November, 1966.

7. O Governo determina que o seu despacho anterior, n.º RD/LQN/337/66, de 20 de Dezembro de 1966, publicado à pgs. 169 do *Boletim Oficial*, 2.ª série, de 2 de Novembro de 1966, fica sem efeito.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer and Ex-Officio Addl. Secretary to Government of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe e Secretário Adicional, ex-officio do Governo de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 30th January, 1968.

Panaji, 30th de Janeiro de 1968.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. PWD/LA/4/68 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for public purpose, viz. for construction of approach road to Cumbarjua bridge.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the said Act that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise or any outlay commenced or improvement made therein without the sanction of the Collector, after the date of the publication of this notification, will under clause (7th) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Deputy Collector South Sub-Division, Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector, South Sub-Division, Margao.
3. The Executive Engineer, PWD, Division II, Panaji.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º PWD/LA/4/68 — Considerando que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada vicinal à ponte de Cumbarjua.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será publicado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, nomeia o Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do citado Act, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. Collector de Goa, Panaji.
2. Collector adjunto, Sub-Divisão do sul, Margão.
3. Engenheiro executivo, Secção II, dos Serviços das Obras Públicas, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the above said Deputy Collector, for a period of 30 days from the date of this Notification.

SCHEDULE

Taluka	Town Village	Description of the said land	Approximate Area
Ponda	Orgao	A strip of land on either side of road to Cumbarjua bridge linking the bridge with the Marcela-Tonca Road comprising parts of survey nos. 18, 17, 26, 19, 42 and believed to be belonging to:—	
		1. Comunidade of Orgao	1780 sq. m.
		2. Balchandra Sheni Kenkre of Marcela ...	2980 sq. m.
		3. Anthony Lobo, of Marcela	50 sq. m.
		4. Jose Pascoal Fernandes, of Marcela	90 sq. m.
		5. Church of Marcela ...	100 sq. m.
		6. Paul Rodrigues, of Marcela	20 sq. m.
		7. Dina Amonkar, of Marcela	2900 sq. m.
		8. Fermiano Vas, of Marcela	430 sq. m.
		9. Temple of Xri Devki Krishna Ravalnath Pandavadda Marcel ...	1940 sq. m.
			10290 sq. m.

By order and in the name of Administrator of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer and Ex-Officio Addl. Secretary.

Panaji, 3rd February, 1968.

Development Department 'A'

Office of the Registrar Cooperative Societies

CON-LQD-4-1968

Read: 1) Audit Memo no. 14 dated 26-8-1965 and audit Memo no. 23 dated 25-9-1967 of the Narvekar Mines Employees Consumers Coop. Society Ltd., Kirlapal-Sanguem and subsequent correspondence in this regard.

2) This Office interim order no. CON-LQD-4-66 dated 15th January 1966.

The Narvenkar Mines Employees Consumers Coop. Society Ltd., Kirlapal-Sanguem was registered under No. CON-17/Goa dated 8-11-1963. As the Society did not carry out its objectives and ceased its working an interim order no. CON-LQD-4 of 66 dated 15th January, 1966 was issued under Section 102 (1) of the Maharashtra Cooperative Societies Act 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with rule 84 of the Cooperative Rules 1962, calling upon the Society to submit its explanation within a period of one month from the date of issue of this order. But as no explanation has been received from the Society in this behalf within the prescribed time limit, I hereby pass the following order.

Order

In virtue of powers vested in me under sub-Section (1) of Section 102 and sub-clause (ii) of clause (c) of the sub-section (1) of the same section 102 of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as made applicable to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Rule 84 of the Rules made thereunder and in view of the fact that the Society has ceased working I, Dr. Jose C. Almeida, Registrar of Coop. Societies, Goa Daman and Diu, Panaji is of opinion

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto, por período de 30 dias, contado da data deste despacho.

QUADRO

Concelho	Cidade Aldeia	Descrição do aludido terreno	Area apro- ximada
Pondá	Orgão	Faixa de terreno de ambos os lados da estrada que se dirige à ponte de Cumbarjua e liga a ponte com a estrada, abrangendo os n.ºs 18, 17, 26, 19, 42, que se presume pertencer a:	
		1. Comunidade de Orgão	1780 m²
		2. Balchandra Sheni Kenkre, de Marcela ...	2980 m²
		3. Anthony Lobo, de Marcela	50 m²
		4. José Pascoal Fernandes, de Marcela	90 m²
		5. Igreja de Marcela ...	100 m²
		6. Paulo Rodrigues, de Marcela	20 m²
		7. Dina Amonkar, de Marcela	2900 m²
		8. Fermiano Vás, de Marcela	430 m²
		9. Templo de Xri Devki Krishna Ravalnath, Pandavadda, Marcela	1940 m²
			10290 m²

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe e Secretário adicional, ex-officio do Governo.

Panaji, 3 de Fevereiro de 1968.

Departamento de Fomento 'A'

Repartição do Registador de Sociedades Cooperativas

CON-LQD-4-1968

Ref: 1) Audit Memo n.º 14, de 26 de Agosto de 1965 e Audit Memo n.º 23, de 25 de Setembro de 1967, da «Narvenkar Mines Employees Consumers Coop. Society Ltd» de Quirlapal, Sanguém, e correspondência posterior sobre o mesmo assunto.

2) Portaria, provisória, desta Repartição n.º CON-LQD-4-66, de 15 de Janeiro de 1966.

A «Narvenkar Mines Employees Consumers Coop. Society Ltd.», de Quirlapal, Sanguém, havia sido registada sob o n.º CON-17-/Goa, em 8 de Novembro de 1963. Como a mesma sociedade não cumpriu os objectivos e deixou de funcionar, foi expedida uma ordem provisória n.º CON-LQD-4, de 66, datada de 15 de Janeiro de 1966, ao abrigo do artigo 102(1) do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, conjugado com a norma 84.ª de «Cooperative Rules, 1962», determinando que a mesma sociedade apresentasse uma explicação dentro do prazo de um mês da data da expedição da portaria. Porém, como não foi recebida nenhuma explicação da sociedade a este respeito, dentro do prazo estipulado, determino o seguinte:

Portaria

No uso das faculdades que me são conferidas pela alínea (1) do artigo 102.º e n.º (ii) da alínea (c) do § (1) do mesmo artigo 102.º do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, conjugado com a norma 84.ª das normas formuladas ao abrigo do mesmo, e, atendendo ao facto de que a referida sociedade deixou de funcionar, eu, Dr. José C. Almeida, Registador de Sociedades Coopera-

that no useful purpose will be served by continuing the registration of the Society, hereby order and direct that the Narvenkar Mines Employees Consumers Cooperative Society Ltd., Kirlapal Sanguem registered under no. CON-17-/Goa dated 8th November, 1963 be wound up.

I further in virtue of the powers vested in me under sub-section (1) of Section 103 of the said Act read with Rule 86 of the said Rules appoint Shri R. K. Kulkarni, Extension Officer (Cooperation) stage-I-Block Sanguem as the liquidator of the said Society.

Jose C. Almeida, Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu.

Panaji, 16th January, 1968.

Industries and Power Department

Order

I&L/CEE/902/67/183

Shri Doddi Ananta Krishna Chary, a candidate recommended by U.P.S.C., New Delhi, is hereby temporarily appointed as Assistant Engineer (Electrical) in the Electricity Department in the time scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-830-35-900 plus the usual allowances admissible as per rules with effect from the date of his joining until further orders against one of the posts of Assistant Engineer created vide Government Order no. I&L/CEE/902/65/2492 dated 12-3-1965 and I&L/CEE/902/65/2651 dated 23-3-1965 and further continued vide Government Order no. 2/4/67/Elect/820 dated 23-3-1967. His pay should be fixed according to rules.

The appointment is subject to the conditions specified in the memo no. I&L/CEE/902/67/2799 dated 15-11-1967. He is entitled to such other allowances as are admissible under the rules from time to time. He will have to produce physical fitness certificate from the Medical Board Daman. He should produce the original certificate of High School in which he studied as a proof of his date of birth.

He is posted at Electrical Sub-Divn. Daman under the Executive Engineer Electrical Construction Division (N) Mapusa. He should report for duty at Daman as soon as possible but in any case not later than 15-1-1968.

By order and in the name of Administrator of Goa, Daman and Diu.

R. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 24th January, 1968.

Public Health Department

Notification

ILD/HS/2990/66

In continuation of Government's Notification of even number dated 3-11-67, Government is pleased to co-opt Vice Chairman of State Social Welfare Advisory Board on State Level Committee, and one representative each of the above Board on District Level Committee and Block Level Committee, constituted by the aforesaid notification.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 24th January, 1968.

Corrigendum

In the order no. FCS/PWD/2248/67, dated 23rd January 1968, relating to the appointment of Shri C. G. Hede, published

ativas de Goa, Damão e Dio, Panagi, sou do parecer que não será de nenhuma utilidade prática continuar o registo da mesma sociedade, e por isso determino que a «Narvenkar Mines Employees Consumers Cooperative Society Ltd.», Quitlapal, Sanguem, registada sob o n.º CON-17-/Goa, em 8 de Novembro de 1963, seja dissolvida.

Usando das faculdades que me são conferidas pela alínea (1) do artigo 103.º do citado Act, conjugado com a norma 86.ª dos citados Rules, nomeio o Sr. R. K. Kulkarni, «Extension Officer (Cooperation) Stage-I-Block», de Sanguem, liquidatário da mesma sociedade.

José C. Almeida, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Dio.

Panagi, 16 de Janeiro de 1968.

Departamento de Indústrias e Energia

Portaria

I&L/CEE/902/67/183

O Sr. Doddi Ananta Krishna Chary, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, de Nova-Delhi, é nomeado, temporariamente, engenheiro assistente (eléctrico) dos Serviços de Electricidade, na escala de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-830-35-900, acrescida dos subsídios admissíveis por lei, a partir da data em que entrar no exercício das funções até ordens ulteriores, num dos lugares de engenheiro assistente criados pela Portaria n.º I&L/CEE/902/65/2492, de 12 de Março de 1965 e n.º I&L/CEE/902/65/2651, de 23 de Março de 1965, e mantidos pela Portaria n.º 2/4/67/Elect/820, de 23 de Março de 1967. O seu vencimento deverá ser fixado segundo as normas.

A nomeação está sujeita às condições mencionadas no memo n.º I&L/CEE/902/67/2799, de 15 de Novembro de 1967. O Sr. Chary, terá direito aos subsídios admissíveis, periodicamente, segundo as normas. Terá, contudo, de produzir o atestado de aptidão física da Junta de Saúde de Damão e o certificado original da escola em que estudou como prova da sua data de nascimento.

O Sr. Chary, é colocado na sub-divisão eléctrica de Damão subordinado ao engenheiro executivo, divisão de construções eléctricas do norte, Mapuçá, devendo apresentar-se ao serviço em Damão, o mais cedo possível, em nenhum caso depois de 15 de Janeiro de 1968.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 24 de Janeiro de 1968.

Departamento de Saúde Pública

Despacho

ILD/HS/2990/66

Em aditamento ao despacho datado de 3 de Novembro de 1967, o Governo co-opta o vice-presidente da Comissão Consultiva Estadual de Bem-Estar Social, ao nível estadual, um representante ao nível distrital e um ao nível concelhio da mesma comissão constituída ao abrigo do despacho acima referido.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 24 de Janeiro de 1968.

on pg. 324 of the Government Gazette, Series II, no. 44, dated 1st February 1968, the pay scale should be read as «Rs. 700-40-1100-50/2-1250» instead of Rs. 7000-40-1100-50/2-1250».